

## Setor de serviços no estado do Piauí: evolução histórica e análise econômica do período 2007-2017

Juliano Vargas <sup>1</sup>  
André Luiz de Santana Dias <sup>2</sup>

### Resumo

O setor de serviços no Brasil vem despontando como uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento para o país. O Estado do Piauí (PI), que apresenta relevante dinâmica no setor agrícola e baixa dinâmica no setor industrial, possui um amplo setor de serviços que vem crescendo desde os anos 1950. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é examinar o setor de serviços do Piauí para, posteriormente, apresentar algumas propostas de políticas públicas voltadas à dinamização deste setor da economia e consequente desenvolvimento socioeconômico do estado. Metodologicamente, o texto é amparado por fontes bibliográficas secundárias e dados oficiais do governo federal. Conclui-se que é necessária uma estratégia estadual de desenvolvimento articulada com a região, o país e o exterior, consubstanciadas em políticas socioeconômicas críveis alinhadas às especificidades do PI. Tal estratégia pode ser engendrada à luz de experiências institucionais implementadas em Portugal, Espanha, Itália e França, desde que adaptadas à realidade piauiense.

**Palavras-chave:** brasil; desenvolvimento; piauí; políticas públicas; setor de serviços.

## Services sector in the state of Piauí: historical evolution and economic analysis for the period 2007-2017

### Abstract

<sup>1</sup> Professor Adjunto A no Departamento de Ciências Econômicas (DECON) e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisador na FAPEPI/SEPLAN/Governo do Estado do Piauí. Doutor em Ciências Econômicas (2020) pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências Econômicas (2015) e Bacharel em Ciências Sociais (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Ciências Econômicas (2012) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel e Licenciatura em Educação Física (2007), pela Universidade de Caxias do Sul. MBA em Gestão Estratégica em Comércio Exterior (2017) pela Universidade Candido Mendes. Tem interesse na área de Ciências Econômicas, com ênfase em Teoria Econômica (Macrodinâmica), Economia Política, História Econômica, Economia Internacional e Economia do Trabalho. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Editor-chefe da revista INFORME ECONÔMICO (UFPI) (ISSN 1517-6258) e coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia do Trabalho (GPET) (certificado pelo CNPq).

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Prefeitura Municipal de Teresina (PI).

The service sector in Brazil has been emerging as a possibility for growth and development for the country. The State of Piauí (PI), which has relevant dynamics in the agricultural sector and low dynamics in the industrial sector, has a broad service sector that has been growing since the 1950s. In this sense, the objective of this research is to examine the service sector in the Piauí to subsequently present some public policies proposals to streamline this sector of economy and consequently socioeconomically develop the state. Methodologically, the text is supported by secondary bibliographic sources and official data from the federal government. It is concluded that an articulated state development strategy is necessary, based on credible socioeconomic policies aligned to the specificities of PI. Such a strategy can be engineered in the light of institutions implemented in Portugal, Spain, Italy and France, as long as they are adapted to the reality of Piauí.

**Keywords:** brazil; development; piauí; public policies; services sector.

## Introdução

Nas Ciências Econômicas, o setor de serviços tem despertado progressivamente o interesse de pesquisadores de dentro e de fora da academia. Sua participação no produto interno bruto (PIB) vem crescendo continuamente, movimento contrário ao ocorrido nos setores agropecuário e industrial. Além disso, as crises econômico-financeiras recentes mostram como engendrar uma estratégia nacional (e estadual, no caso do Piauí) é importante para o desenvolvimento de uma nação (ou unidade federativa, UF).

É nesse contexto que este artigo objetiva examinar – historicamente e empiricamente – o setor de serviços do Piauí para, posteriormente, apresentar algumas propostas de políticas públicas voltadas à dinamização deste setor da economia e consequente desenvolvimento socioeconômico do estado. Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos responderão às seguintes perguntas: i) como o Piauí tem se comportado no que se refere à evolução do setor de serviços? ii) quais os indicadores do setor de serviços no estado entre 2007 e 2017? iii) quais medidas podem ser tomadas para a dinamização da economia do estado a partir do setor de serviços?

Metodologicamente, para a revisão de literatura foram utilizadas fontes bibliográficas secundárias provenientes de pesquisadores dedicados ao objeto de estudo. Já a parte de análise estatística descritiva com foco no setor de serviços proveio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2020) e do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA, 2021) – em especial extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Anual de Serviços (PAS).

Além de fomentar a discussão sobre o setor de serviços no estado, esta pesquisa se justifica por agregar academicamente à literatura econômica em âmbito local, pois se verificou que há escassez de estudos que tratem diretamente deste tema. Ao mesmo tempo, portanto, pretende-se dar uma contribuição original a este debate e preencher uma lacuna teórica sobre esta temática.

Além desta introdução e da conclusão, este estudo divide-se em três partes: i) conceituação contextualizada do setor de serviços e breve exposição da sua trajetória histórica no Brasil e no Piauí; ii) apresentação de variáveis-chave do setor de serviços no Piauí (contrastadas com as tendências nacionais), via dados do (extinto) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); iii) análise e discussão dos resultados, em que se faz um diagnóstico atual do setor de serviços piauiense e são aventadas políticas públicas ao setor no estado com base em instituições implementadas em países selecionados da União Europeia (conforme pesquisa de Colombo, 2020), quais sejam: Portugal, Espanha, Itália e França.

## **1 Revisão de literatura: o setor de serviços**

As primeiras tentativas de se firmar um conceito dos serviços na literatura econômica surgiram com a Escola Fisiocrática (1756-1776). Nela, apenas a agricultura (e a mineração) geravam excedente (produto líquido positivo). A indústria, o comércio e as profissões, apesar de úteis, eram estéreis do ponto de vista da acumulação de capital. Assim, a produção de bens e serviços eram consumo do excedente agrário, já que a fonte essencial de energia era a força física animal e humana, toda ela originada do excedente produtivo agrícola (HUNT, 2013; BRUE e GRANT, 2017).

Mas foi apenas no século XX – quando a Economia já estava consolidada como Ciência – que surgiu a noção de que a produção dividia-se entre bens tangíveis, ou seja, com produção física em que é possível modificar o produto ao longo do processo produtivo, e intangíveis, isto é, de atividades que tem algum valor, porém não se constituem em produtos físicos. Essas definições de tangíveis e intangíveis eram consideradas opostas.

Antes dos anos 1980, quando a escassez de estudos científicos sobre o setor de serviços (até então considerado pouco relevante) era ainda maior do que a atual, convencionou-se classificá-los como pertencentes a um sistema econômico de bens não-produtivos, já que apenas os bens tangíveis eram considerados como tal. Fischer (1935) cunhou o termo “terciário” em referência aos termos “primário” (atividades agropecuárias) e “secundário” (atividades manufatureiras) que eram usados na Austrália e na Nova Zelândia.

Já o termo “residual” foi cunhado por Colin Clark em 1940, na mesma linha de pensamento de Fischer, dando a entender que as atividades de serviços são o resíduo após a mensuração da produção das outras atividades. Porém, as transformações tecnológicas que se sucederam foram mudando a noção de que existia uma diferenciação na importância das atividades ou que algumas poderiam ser interpretadas como residuais ou improdutivas (KON, 1999).

Entretanto, noções tradicionais já não eram mais suficientes para explicar as novas transformações que vinham ocorrendo no setor de serviços. A introdução de tecnologias de

informação e comunicação (TICs) trouxe mudanças nas suas formas de produção e comercialização, com que fez-se necessário uma reformulação conceitual (KON, 1999).

A visão das autorias contemporâneas que conceituaram o setor de serviços se deu basicamente em duas vertentes distintas. A primeira voltou seu olhar para o lado da oferta, ou seja, observou as características do processo de produção do serviço ou produto para, a partir daí, realizar sua conceituação. Já a segunda voltou-se para o lado da procura (demanda), isto é, as características de consumo e os tipos de público que os demandaram (MEIRELLES, 2006).

Dentre os autores que buscaram trazer o conceito de serviços para a discussão econômica no contexto contemporâneo, destacaram-se Hill (1977), Nusbaumer (1984), Walker (1985) e Marshall e Wood (1995). Hill (1977) escreveu sobre o conceito de serviços e o definiu como a modificação nas condições de uma unidade econômica produzida pela atividade de outra unidade. O autor também observou que alguns bens intangíveis não poderiam ser chamados de serviços porque poderiam ser armazenados e estocados, como, por exemplo, no caso de mídias de filmes e músicas.

A proposta de Nusbaumer (1984) focou no caráter produtivo do setor de serviços. O autor utilizou a definição de serviços primários, intermediários e finais. Para ele, os serviços primários são ofertados pelos fatores de produção em todas as atividades econômicas. Os serviços intermediários estão relacionados com a distribuição de bens e outros serviços. Já os serviços finais são destinados à satisfação das necessidades dos consumidores finais, tais como a saúde, a educação e a segurança.

A conceituação de Walker (1985) parte da visão marxista da centralidade do trabalho. Para este autor, a diferença do setor de serviços para os demais está na relação do trabalho aplicado com o processo produtivo e com seu resultado. No setor industrial, por exemplo, o trabalho é aplicado diretamente no processo de produção, que se expressa no final em um bem tangível. Já no setor de serviços, esse trabalho é aplicado de forma indireta no processo produtivo, de forma intangível.

Marshall e Wood (1995) utilizam em sua conceituação a figura da informação – capacidade de interpretar informações para atender às necessidades dos clientes – como característica preponderante do setor de serviços. Para eles, o setor de serviços e os demais estão interligados e possibilitam no contexto contemporâneo a valorização do capital, pois sendo a intensidade informacional a característica principal dos serviços, estes têm peso cada vez maior na Economia.

Outros estudiosos que conceituaram historicamente o setor de serviços foram Lacerda e Almeida (2019). Para eles, o setor de serviços (também chamado de terciário) exclui os setores agrícola (primário) e industrial (secundário) na Economia. Há enorme quantidade de atividades abarcadas por este setor, gerando grande heterogeneidade nas atividades. A própria

concepção do setor de serviços como um setor residual – a *à* Colin Clark (1940) – vem se alterando, na medida em que ele vem produzindo insumos para os setores industrial e agropecuário ao mesmo tempo em que tem aumentado sua participação no PIB de diversos países.

Nota-se que o conceito sobre o que veio a ser o setor de serviços não é estático e, com o passar dos anos, vários autores deram suas contribuições no seu aprimoramento com base nas transformações que o mundo contemporâneo tem sofrido. É nesse sentido que Kon (1999) desenvolveu sua análise, pois a crescente importância dos serviços na cadeia de relações dos processos produtivos faz com que a conceituação e a mensuração do valor dessas atividades sejam aprimoradas. Assim, aprimoramentos na sua conceituação se adequam às novas realidades.

Lacerda e Almeida (2019), por exemplo, adotaram a ideia de complementação dos demais setores relacionados com os serviços, o que implicou na revisão de conceitos que não atendiam mais à realidade econômica. Para eles, a relação entre o setor de serviços e os outros vai muito além da complementação insumo-produto. Há correlação causal direta de interdependência no crescimento dos setores, ou seja, locais em que todos possuem grande dinamismo tendem a crescer mais do que àqueles em que um setor apresenta menor dinamismo que outros.

Apesar de existir pouca quantidade de estudos disponíveis sobre o setor de serviços comparativamente às pesquisas sobre agropecuária e indústria, o que se observa é que a partir dos anos 1990 tem crescido o interesse de investigadores acadêmicos sobre o tema, resultado sobretudo do seu peso na economia e também da modernização dos serviços, em especial pela incorporação incessante de novas tecnologias.

Sobre os estudos recentes sobre o setor, Galinari e Teixeira Júnior (2014) investigaram justamente esta escassez de trabalhos científicos sobre o setor de serviços – o que acaba por dificultar as comparações metodológicas – e o recente interesse pelo tema. Os setores agropecuário e industrial possuem vasta literatura econômica a eles dedicada, isto por já possuírem conceitos e metodologias bem definidas. Já o setor de serviços frequentemente é associado às atividades residuais e de baixa produtividade.

Observam ainda que o setor de serviços possui algumas características específicas que o distinguem dos outros setores econômicos, tais como a sua intangibilidade no que se refere ao produto do serviço. Outra característica importante do setor serviços é o que os autores chamam de caráter relacional, isto é, a prestação do serviço depende necessariamente de interações entre o produtor do serviço e o usuário, o que não é necessário ocorrer nos outros setores (GALINARI E TEIXEIRA JÚNIOR, 2014).

Na literatura econômica internacional existem outras tentativas de estabelecer um parâmetro para as atividades de serviços. Galinari e Teixeira Junior (2014) afirmam que existe

uma classificação de serviços que está sendo bastante utilizada em estudos internacionais, dividindo-se em: i) empresariais: também chamados de produtivos, que são aqueles em que estão lado a lado o processo produtivo e de investimento, tais como consultorias, serviços administrativos, serviços de marketing e outros; ii) distributivos: utilizados para fazer com que os produtos cheguem aos consumidores tanto intermediários quanto finais, tais como comércio, serviços de entrega e comunicação; iii) pessoais: atendem aos consumidores finais individuais, tais como alojamento, alimentação e serviços domésticos; iv) sociais: atendem à coletividade e são divididos em serviços públicos de saúde e de educação, por exemplo.

Outro conceito importante e contemporâneo de (setor de) serviços – sobretudo para o caso brasileiro e o estudo do estado do Piauí – provém do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para esta instituição (IBGE 2020a, não paginado), o “setor de serviços é caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao porte das empresas, à remuneração média e à intensidade no uso de tecnologias”. Além disso, “compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos serviços” (em especial daquelas que compõem o quadro 1 apresentado a seguir).

O IBGE tem como instrumento de coleta e divulgação de informações sobre este setor específico a chamada Pesquisa Anual de Serviços (PAS), que compila dados sobre as particularidades estruturais básicas do segmento empresarial da prestação de serviços não financeiros no Brasil – tendo como unidade de investigação a empresa formalmente constituída (registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal) (IBGE, 2020b).

Para além da discussão inicial sobre o conceito de serviços, é necessário que exista uma classificação destas atividades, a fim de permitir comparabilidade e mensuração entre os diferentes países e setores. O Brasil possui um cadastro que busca classificar todas as atividades econômicas desenvolvidas no país. Este cadastro é a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae 2.0, Res 2/2010), que é dividida por seções e possui quinze (15) destas compreendidas em atividades do setor de serviços, conforme descrito no quadro 1.

#### **Quadro 1 – Atividades do setor de serviços compreendidas na Cnae 2.0 (2010) – Brasil**

G – Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
H – Transporte, armazenagem e correio
I – Alojamento e alimentação
J – Informação e comunicação
K – Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
L – Atividades imobiliárias
M – Atividades profissionais, científicas e técnicas

N – Atividades administrativas e serviços complementares
O – Administração pública, defesa e seguridade social
P – Educação
Q – Saúde humana e serviços sociais
R – Artes, cultura, esporte e recreação
S – Outras atividades de serviços
T – Serviços domésticos
U – Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

**Fonte:** Cnae 2.0 (Res 2/2010).

Levando em consideração o exposto nesta subseção, assume-se, para fins desta pesquisa de conclusão de curso, as interpretações de Galinari e Teixeira Júnior (2014) e do IBGE (2020) no que se refere ao conceito e a classificação do setor de serviços como os parâmetros adotados ao longo da presente pesquisa.

## 2 Setor de serviços no Brasil e no Piauí: elementos de História Econômica

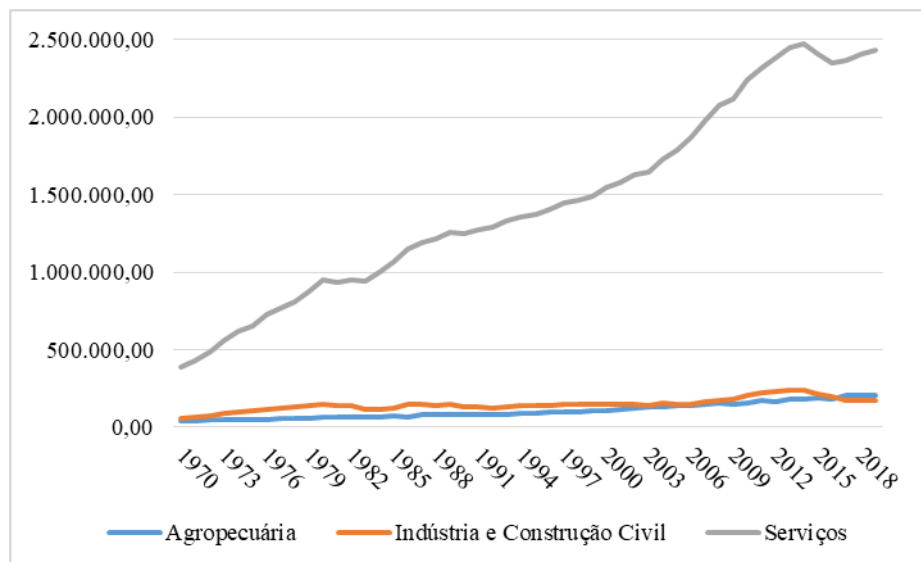
Nesta seção será elaborado um resgate dos principais elementos da História Econômica no que se refere ao surgimento e comportamento do setor de serviços no Brasil. Nesta mesma toada, contextualiza-se o país com a formação socioeconômica do estado do Piauí.

### 2.1 O setor de serviços no Brasil

Como característica de praticamente todos os países emergentes e em desenvolvimento, o que se verifica no Brasil ao longo do tempo é que o setor agropecuário perdeu participação na composição percentual do seu PIB, enquanto o setor de serviços aumentou nele sua participação. De acordo com Arbache (2015), essa característica decorreu, dentre outros aspectos, sobretudo do processo de modernização das cidades concomitantemente à migração do campo para os centros urbanos, com as pessoas demandando cada vez mais bens e serviços.

Como pode-se verificar a partir do gráfico 1, o setor de serviços tendeu a aumentar muito significativamente sua participação percentual na composição do PIB em valores monetários ao longo dos anos, enquanto que os setores agropecuário e industrial (indústria e construção civil) tiveram leve aumento entre o início e o fim da série.

**Gráfico 1 – PIB dos diferentes setores de atividade econômica  
Brasil (1970-2017) – R\$ milhões (preços de 2010)**



**Fonte:** IBGE/IPEADATA (2021).

Apesar disso, Arbache (2015) pontua que a produtividade nos postos de trabalho do setor de serviços não cresceu no mesmo ritmo do que na agropecuária e na indústria porque àquele em geral é menos intensivo em capital e mais intensivo em mão de obra. Aponta também que o aumento de participação do setor serviços em economias emergentes e em desenvolvimento foi motivado pelo envelhecimento da população (dinâmica demográfica), o que fez as pessoas demandarem mais serviços específicos relacionados à saúde, à educação e ao lazer. Mais recentemente, a expansão da quantidade e do acesso às tecnologias de baixo custo de produção manufatureira da China fez com que os países concorrentes na produção deslocassem seus esforços para serviços internos.

O setor serviços no Brasil, até os anos 1980, teve participação de cerca de 50% no PIB. A partir de então, cresceu alcançando cerca de dois terços da participação atualmente. Concomitante ao aumento da importância do setor de serviços, aconteceu também a diminuição da participação dos setores agropecuário e industrial. Não há indícios de que esse crescimento do setor de serviços tenha se dado por conta de um aumento na renda média da população. Pelo contrário, o PIB per capita cresceu apenas 1,18% no período em que o setor serviços mais aumentou continuamente sua participação no PIB (entre 1980 e 2013).

## 2.2 Setor de serviços no estado do Piauí

É importante entender o processo histórico de formação socioeconômica piauiense para que se possa fazer uma análise mais acurada sobre sua realidade atual. As origens da

colonização portuguesa no Piauí remontam o século XVI, com o processo de povoamento da região Nordeste do Brasil por meio da irradiação da pecuária desde as terras da Bahia (ALVES, 2003; NUNES, 2014; MENDES, 2019). Ele deu-se com os proprietários de gado desbravando terras para pasto em direção ao interior do Brasil e atingindo terras que hoje conformam o estado do Piauí.

Assim, a primeira base econômica destas terras foi a pecuária, o que contribuiu tanto para a concentração da renda (na medida em que eram poucas as famílias que detinham o controle das fazendas pecuaristas) quanto para o isolamento populacional (que tinha como única atividade justamente o trabalho nestas fazendas). Não havia uma sociedade consolidada. Essa situação também contribuiu para a escassez de núcleos urbanos no território, que somente se iniciaram no final do século XVII (NUNES, 2014).

Alves (2003) observa que as fazendas se instalaram ao longo dos cursos fluviais do atual território piauiense, ou seja, os rios foram fatores naturais determinantes e também essenciais na configuração da atividade econômica dominante. Toda a vida da população era voltada para a pecuária e atividades afins. As terras disponíveis acabavam sendo utilizadas para a criação bovina, desestimulando qualquer atividade agrícola.

Segundo Silva (2018), a pecuária foi de suma importância para a economia do Estado do Piauí até por volta do século XVIII. Nessa época, as charqueadas – modalidade de comércio de carne bovina em que os bois tinham sua carne bastante salgada para não estragarem rapidamente, pois não haviam frigoríficos – das fazendas de gado piauienses eram exportadas para a Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Era a venda de gado vivo, de sua carne e derivados que possibilitavam que o poder público da época tivesse arrecadação com o recolhimento de dez (10) por cento de tributação sobre a atividade.

A pecuária no Piauí declinou a partir da segunda metade do século XVIII. Algumas causas disso, apontadas por Alves (2003), foram o parco dinamismo da própria atividade, as dificuldades no comércio (por não haver núcleos urbanos consumidores) e a falta de investimento na modernização da criação e abate de gado por parte dos proprietários, visto que a produção era feita de forma rústica. A produção era escoada principalmente para Minas Gerais e a concorrência de outros criadores de gado (como os Rio Grande do Sul) também contribuíram para a crise do modelo pecuarista.

Nunes (2014) e Silva (2018) também observam que, no fim do século XVIII, algumas mudanças econômicas em outras regiões do país fizeram o modelo da pecuária piauiense entrar em declínio. Silva (2018) pontua que a possibilidade de arrecadação de tributos por meio da criação de gado fez com que o Rio Grande do Sul, por exemplo, investisse em rotas terrestres para facilitar o caminho dos animais para os locais em que seriam comercializados. Outro fator apontado foi que, do ponto de vista logístico, seria mais interessante para os

mercados consumidores do gado piauiense que passassem a consumi-los de criadores situados mais próximos, já que reduzir-se-iam os custos de transporte. Além disso, ao percorrerem grandes distâncias os animais acabavam ficando com a musculatura mais dura, o que diminuía a qualidade (logo, o preço) da carne.

Para além desses fatores, também há de se considerar o esgotamento das jazidas auríferas de Minas Gerais. Sua economia passou a buscar outros meios de acumulação e a pecuária foi a forma que se consolidou. Os mineiros passaram a aprimorar o processo da agropecuária com a extração do leite e melhorias na criação do gado.

Foi nesse contexto que deu-se o gradativo declínio da economia baseada na pecuária do Estado do Piauí. Entretanto, cabe destacar que a pecuária não desapareceu por completo, mantendo-se relevante. O que houve foi uma forte diminuição por conta dos fatores supracitados e o aparecimento de outra atividade econômica, a agricultura. No século XIX, a agricultura não logrou ultrapassar a pecuária em arrecadação tributária ou valor mercantil, mas ambas passaram a conviver lado a lado (MENDES, 2019).

A agricultura, que inicialmente era apenas de subsistência, passou progressivamente a ser mercantil. Diante da nova realidade da pecuária, os fazendeiros utilizaram a agricultura exportadora como tentativa de manter os rendimentos. Documentos do século XIX mostram que nessa época já existiam plantações voltadas à exportação de algodão, arroz, cana, feijão, fumo, mandioca e milho. Segundo Silva (2018), alguns cultivos, tais como o algodão e o fumo, eram vendidos para o Maranhão e o Ceará, além de chegarem na Europa sobretudo pelo porto de Liverpool (Inglaterra).

Somente ocorreram mudanças significativas na estrutura econômica (e social) do Estado do Piauí no fim do século XIX e início do século XX, com o aumento das exportações e a ampliação de seu aparelho burocrático (MARTINS, 2002). Uma viabilizadora de tais mudanças foi a cera de carnaúba, na primeira metade do século XX, quando esse produto apresentou picos de principal produto gerador de renda na economia. A ascensão desta atividade econômica fez sombra ao desenvolvimento de outras atividades, repercutindo negativamente até mesmo sobre a agricultura e a pecuária, pois houve queda na produção nos períodos de pico dos preços da cera (GOMES, SANTOS e SILVA, 2006; QUEIROZ, 2006; ARAÚJO, 2008; MENDES, 2019).

Outra atividade econômica que modificou a estrutura socioeconômica piauiense à época foi a extração da borracha de maniçoba. Por pelo menos vinte anos (1900-1920), sua produção foi a que mais gerou receitas públicas ao PI, além de ter contribuído para a prosperidade econômica de áreas do sudeste do estado e conseguinte concentração do povoamento nesta região. (QUEIROZ, 2015).

Dentre os fatores que contribuíram para a conjuntura favorável à extração de maniçoba podem ser citados seu alto preços no mercado externo, a possibilidade de alocação de mão de

obra subutilizada e a disponibilidade de terras ainda não desbravadas. Vale destacar que a exploração da maniçoba constituiu a primeira grande experiência de integração do estado do Piauí ao mercado internacional (QUEIROZ, 2015).

Em meados do século XX existiam basicamente duas atividades relacionadas ao extrativismo no PI: uma voltada à satisfação das necessidades básicas de subsistência da população e outra voltada ao mercado (comercialização). As atividades de mercado se dividiam entre externa e interna. O mercado externo se destinava à exportação de produtos específicos e o interno se constituía em alguns aglomerados urbanos em que o pequeno excedente do setor de subsistência era comercializado. Grande parte do que era comercializado no mercado externo era de propriedade de companhias de exportação de outros estados do Brasil ou mesmo do exterior, ou seja, não foi possível acumular capital suficiente que permitisse a diversificação da produção do estado (MENDES, 2019).

Ainda consoante a Martins (2002), a partir dos anos 1950, com a queda do preço das oleaginosas (sobretudo da carnaúba), ocorreu praticamente a falência do modelo primário-exportador em que os produtores experimentaram período de acentuada crise econômica. Foi a partir deste momento que ocorreu a ascensão da cidade de Teresina e adjacências como centro econômico estadual, sobretudo via investimentos do governo federal em infraestrutura. Apesar de Martins (2002) ter tratado os anos 1950 como falência do modelo primário-exportador, a estrutura da renda interna do estado naquele momento era composta por 47,1% no setor primário, 3,7% no setor secundário e 49,2% no setor de serviços. Cerca de 82% da população economicamente ativa dedicava-se ao setor primário. O comércio era o principal item do setor de serviços, com participação de 22,8% na renda interna no ano de 1950.

Da década de 1950 em diante o Piauí acompanhou, dentro das suas particularidades, os movimentos de crescimento e desenvolvimento socioeconômico combinado com um processo de urbanização acelerada pelo qual passou o Brasil, nos quais o setor de serviços aumentou progressivamente seu peso no PIB. Ressalta-se que esta dinâmica foi bastante desigual nacionalmente, sendo as regiões Sul e Sudeste do país as que proporcionalmente mais se beneficiaram do aumento da indústria, por exemplo. Especificamente no Nordeste, os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará também tiveram algum destaque nesta seara.

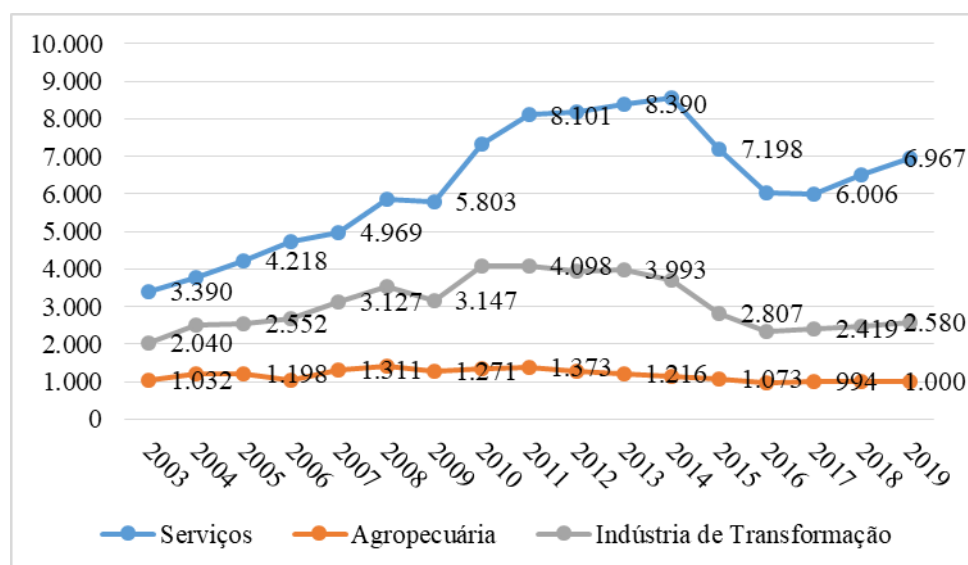
Tal contexto foi desfavorável ao desenvolvimento do setor industrial no Piauí. Isto reverbera atualmente, em conjunto com outros motivos, para a dificuldade de aumentar potencialmente a riqueza (e sua distribuição), o que oportunizaria melhorias nas condições de vida da cidadania piauiense. Também explica, parcialmente, a participação do setor de serviços na composição do PIB ser superior à média nacional. Assume-se, destarte, que a evolução histórico-econômica do PI contribuiu significativamente para o cenário estrutural (e conjuntural) socioeconômico contemporâneo.

### 3 Análise do setor de serviços: tendências no Brasil e no Piauí

Nesta seção inicialmente serão apresentados dados referentes às admissões nos setores de serviços, agropecuária e indústria de transformação de 2003 até 2017 no Brasil, a fim de apresentar como estes três setores se comportaram no período. Estes dados serão contrastados com os do estado do Piauí, o que permitirá saber se esta unidade federativa (UF) seguiu (ou não) a tendência nacional no setor. Os dados foram obtidos via Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2020) e Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA, 2020) – em especial extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Anual de Serviços (PAS).

Quanto às admissões nos setores de serviços, agropecuária e indústria de transformação entre 2003 e 2019 (gráfico 2), vê-se que o primeiro teve uma taxa média de crescimento maior do que os demais. Esse crescimento se manteve bastante expressivo até o ano de 2014, quando houve redução nas admissões dos três setores analisados por conta da crise econômico-financeira que se instalou no país de meados daquele ano em diante. Destaca-se também que o setor da agropecuária teve leve queda considerando todo o período de 2003 a 2017, enquanto que o setor da indústria de transformação apresentou forte aumento no número de admissões até 2014 (quase 4.000) quando passou relativamente a apresentar significativa redução admissional (2.580 em 2019).

**Gráfico 2: Admissões nos setores de serviços, agropecuária e indústria de transformação (milhares e %) – Brasil – (2003-2019)**

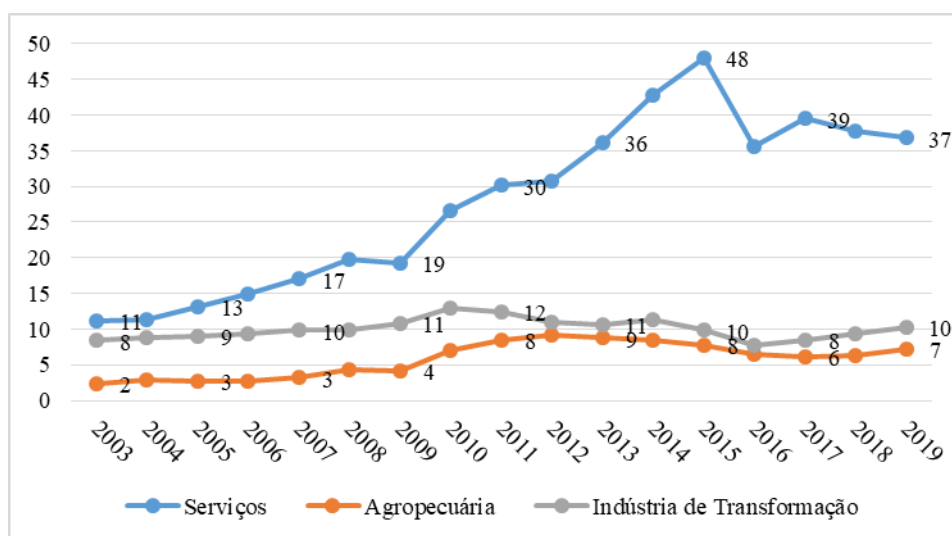


Setor (%)	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
<b>Serviços</b>	52	53	53	57	60	62	65	64	66
<b>Agropecuária</b>	16	15	14	12	10	9	10	11	9
<b>Indústria de Transformação</b>	32	32	33	31	30	29	25	26	24

**Fonte:** MTE (2020). Elaboração própria.

Vejam os dados para o Piauí. O gráfico 3 revela que ele seguiu a trajetória ascendente nacional no que tange ao protagonismo do setor de serviços na economia. Porém, o crescimento do setor serviços nesta UF foi percentualmente ainda maior do que o verificado para o país, isto considerando o indicador “número de admissões”.

**Gráfico 3: Admissões nos setores serviços, agropecuária e indústria de transformação (milhares de unidades) – Piauí – (2003-2019)**



Setor (%)	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
<b>Serviços</b>	51	53	57	56	59	65	73	73	68
<b>Agropecuária</b>	11	11	11	12	17	16	12	11	13
<b>Indústria de Transformação</b>	38	36	33	31	24	19	15	16	19

**Fonte:** MTE (2020). Elaboração própria.

Quando comparados o Piauí e o Brasil, nos anos de 2003 e 2019, os dados mostram que o número de admissões no setor de serviços no primeiro cresceu em torno de 228% no período citado, enquanto que o número de admissões no setor serviços no segundo cresceu 105% no período. Obviamente, os números absolutos do Brasil são muito mais expressivos, porém a comparação percentual permite verificar que a tendência de crescimento do setor serviços piauiense foi maior do que a nacional.

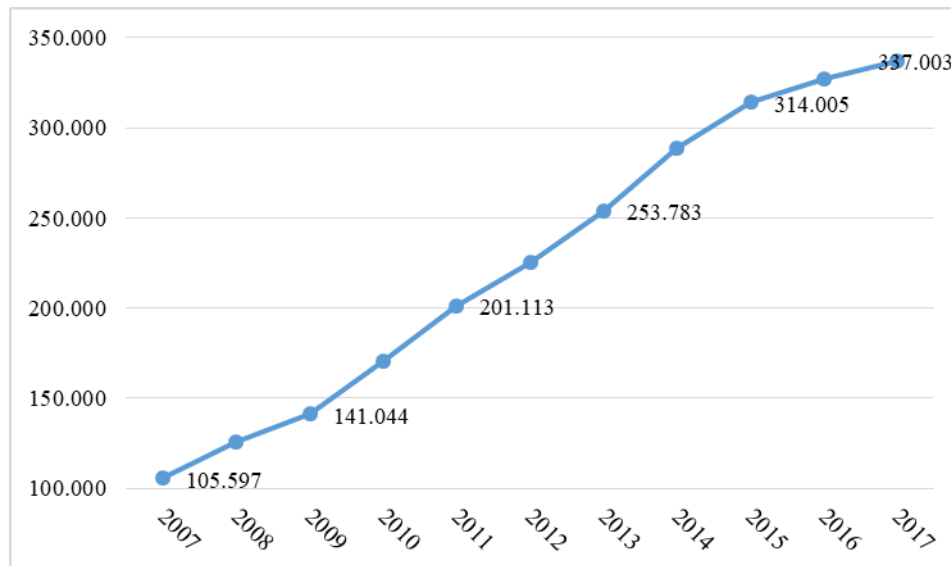
Já o gráfico 4 mostra a evolução do volume de salários pagos nas atividades de serviços divulgadas pela Pesquisa Anual de Serviços para o Brasil. Em comparação com o

gráfico 5, que mostra esses valores para o Piauí, o que se verifica é que a curva de salários no setor serviços tem um aumento maior (é mais inclinada positivamente) na comparação com o país. Isto se dá principalmente pelo fato de que neste estado o setor de serviços tem uma participação proporcional maior na composição do PIB.

Observa-se também que no ano de 2007 o total de salários pagos no setor de serviços no Piauí foi da ordem de R\$ 280 milhões e no ano de 2017 esses valores já alcançavam mais de R\$ 1,5 bilhão (aumento de aproximadamente 442%). No Brasil, em 2007, o montante de salários era da ordem de quase R\$ 105,6 bilhões e, em 2017, este montante saltou para R\$ 337 bilhões, um aumento de aproximadamente 319%. Comparando as evoluções percentuais desta variável específica (salários, retiradas e outras remunerações) entre Brasil e Piauí, tem-se que este último teve uma evolução percentual de salários duas vezes maior do que a brasileira no mesmo período.

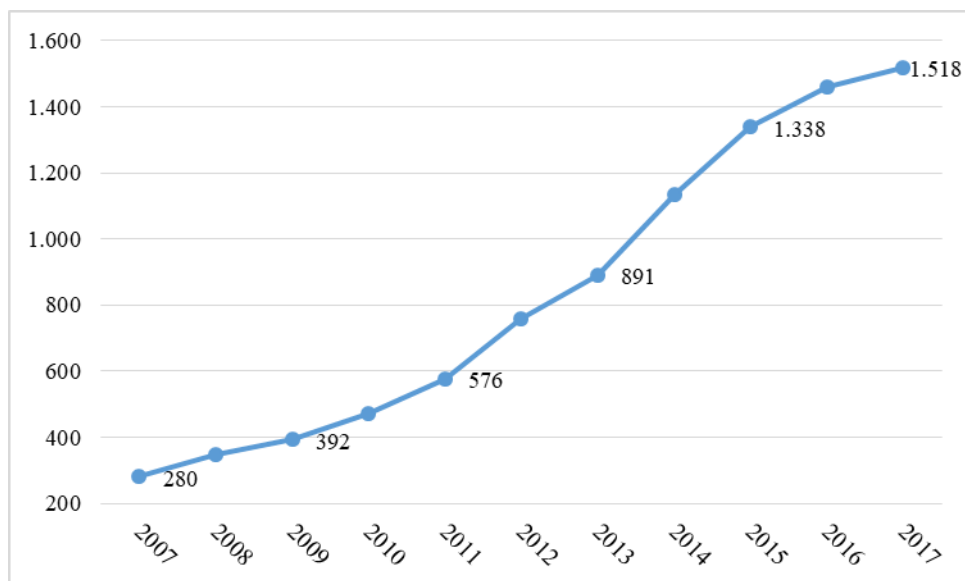
Cabe ainda pontuar que esta variável não sofreu retração em seus valores ao longo do período analisado. Porém, a partir de 2014 as curvas dos gráficos apontam que o crescimento da variável salários se torna menor (é mais achatado), possivelmente por conta da queda do número de admissões conforme denotado pelos gráficos anteriores.

**Gráfico 4: Salários, retiradas e outras remunerações – (milhões de reais)  
Brasil – (2007-2017)**



Fonte: IBGE/PAS (2021). Elaboração própria.

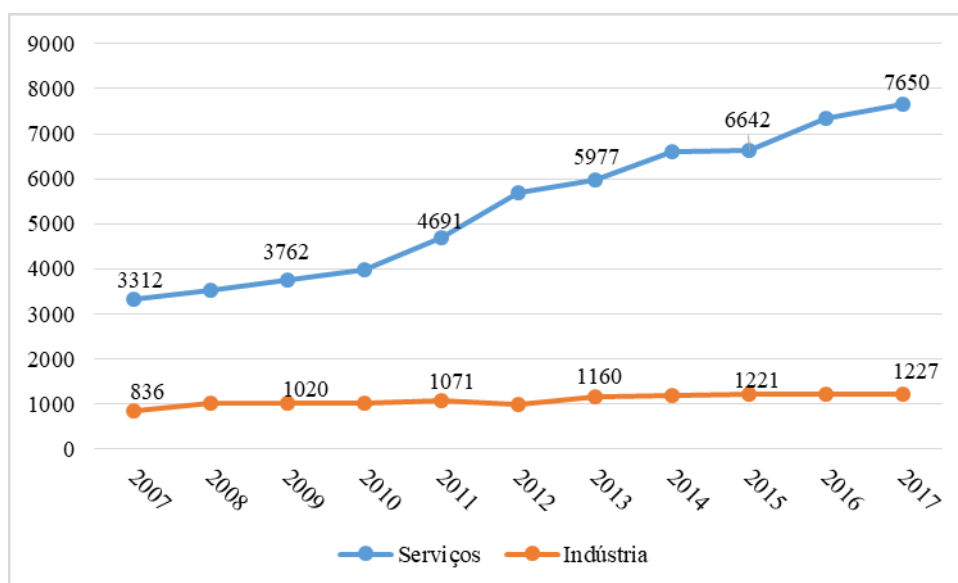
**Gráfico 5: Salários, retiradas e outras remunerações – (milhões de reais)  
Piauí – (2007-2017)**



Fonte: IBGE/PAS (2021). Elaboração própria.

Passemos à análise do número de empresas do setor de serviços no Piauí. Observando o gráfico 6, percebe-se que o estado mais do que dobrou o número de estabelecimentos desta natureza entre os anos de 2007 e 2017. Em 2008 eram 3.312 empresas no setor e, em 2017, esse número saltou para 7.650, correspondendo a 0,58% do número total de empresas de serviços no Brasil. Em todos os anos ocorreu um aumento no número de empresas em relação ao ano imediatamente anterior, com exceção do ano de 2015 – em que o número se manteve estável em relação a 2014.

**Gráfico 6: Número de empresas dos setores de serviços e de indústria – (unidades) Piauí – (2007-2017)**

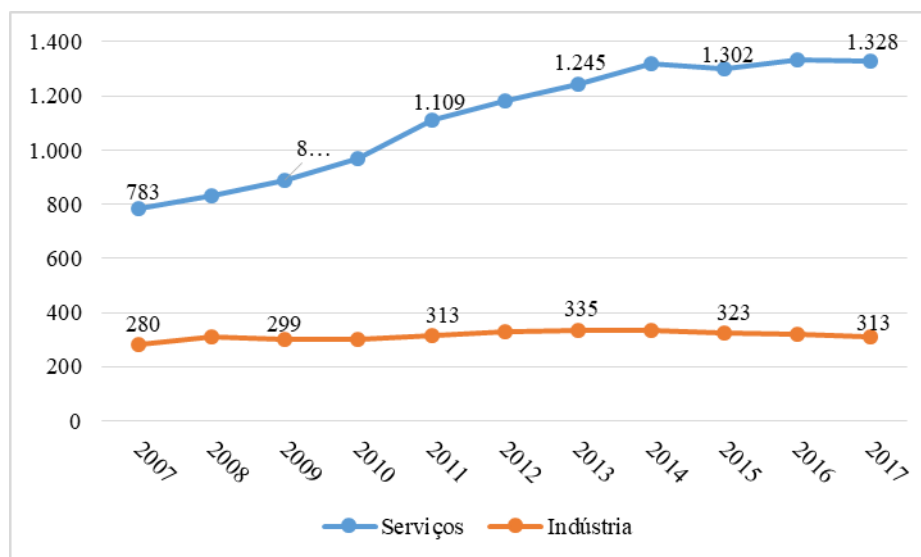


**Fonte:** IBGE/PAS (2021). Elaboração própria. Nota: o setor agrícola é mensurado pelo número de estabelecimentos, via censo agropecuário. Os últimos foram feitos em 2006 e 2017.

No ano de 2015, a média nacional do número de empresas no setor de serviços sofreu uma queda, como pode ser observado no gráfico 7 a seguir. Em 2014 eram 1.321.384 empresas deste setor no país e, em 2015, esse número caiu para 1.302.412. Nota-se que Piauí não acompanhou esse movimento de baixa. Possivelmente, o Estado não tenha acompanhado a tendência de queda do número de empresas por não ter sido tão afetado negativamente pela crise econômico-financeira iniciada em meados de 2014 e que atingiu muito fortemente sobretudo os grandes centros econômicos do país. É consenso entre os economistas que tal crise foi decorrente de um conjunto de fatores tais como a crise política e institucional, além da piora do cenário econômico internacional.

Sobrepondo as informações dos gráficos 6 e 7, depreende-se que a importância do setor de serviços em relação ao setor industrial é maior no PI do que no Brasil. No PI, em números absolutos, em 2007 este setor era mais de três vezes maior do que o setor industrial, enquanto que em 2017 era quase sete vezes maior. Já no Brasil, em 2007 o setor de serviços no Brasil era pouco menos de três vezes maior do que o setor industrial, enquanto que em 2017 era pouco mais de quatro vezes maior.

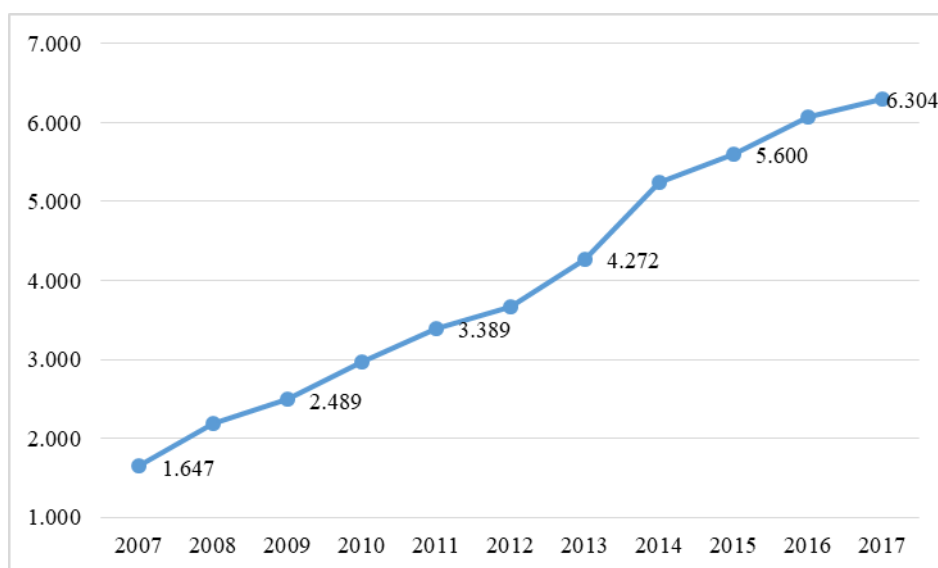
**Gráfico 7: Número de empresas nos setores de serviços e de indústria – (milhares de unidades)  
Brasil (2007 a 2017)**



**Fonte:** IBGE/PAS (2021). Elaboração própria.

Verifica-se que, enquanto no ano de 2017 a média nacional do número de empresas do setor serviços apresentou recuo em relação ao ano imediatamente anterior, o estado do Piauí logrou aumentar o número de estabelecimentos, passando de 6.642 em 2015 para 7.650 em 2017. A PAS também mostra que a receita bruta de prestação de serviços do estado seguiu a tendência do restante do país, crescendo a uma taxa estável até 2014 e, depois disso, crescendo a uma taxa um pouco menor. Nos anos de 2011 a 2014, a receita bruta de prestação de serviços do Piauí teve um crescimento de 54%. Já entre os anos de 2014 e 2017, esse crescimento foi de 20%. Não obstante, o Piauí registrou aumento na participação de 0,29% da receita bruta de prestação de serviços nacionalmente em 2008 para 0,37% em 2017.

**Gráfico 8: Receita bruta de serviços (milhões de reais) – Piauí – (2007 a 2017)**



**Fonte:** IBGE/PAS (2021). Elaboração própria.

O próximo capítulo destina-se a análise e discussão conjunta das informações teóricas e empíricas apresentadas até aqui. Serão levantadas considerações gerais e, a partir delas, aventadas alternativas para o crescimento e desenvolvimento Estado do Piauí – enfatizando o potencial do setor de serviços – com base em experiências de países selecionados da União Europeia.

#### **4 Análise e discussão dos resultados**

Diante do exposto ao longo do texto, é possível chegar-se às seguintes considerações: i) o setor de serviços é muito relevante para a economia piauiense e vem aumentando sua participação nos indicadores econômicos ao longo dos anos; ii) dada esta importância crescente, o setor de serviços é uma área em que o poder público (em sinergia com o privado e a sociedade civil) deve atuar visando a diminuição das disparidades socioeconômicas em relação aos outros estados da federação; iii) nesse sentido, é desejável que o Estado do Piauí considere implementar experiências/instrumentos voltados à integração e desenvolvimento

estadual, regional e nacional, no bojo de uma estratégia de desenvolvimento crível ao longo dos anos.

A primeira consideração pode ser constatada pelo número de admissões no setor de serviços entre 2007 e 2017 no Piauí, que aumentou em mais de três vezes, como foi observado na terceira seção, ou ainda, pelo número de empresas pertencentes ao setor de serviços (que no mesmo período dobrou quantitativamente).

A segunda consideração resulta da verificação de que o Estado do Piauí não possui os três setores econômicos integrados e com razoável estágio de desenvolvimento. Isto enseja ações do poder público nos setores (e, em especial, em atividades) que tem maior representatividade na economia, sendo, em tese, mais interessantes do ponto de vista socioeconômico do que ações em outros setores menos participativos. Gerar interdependência setorial é altamente desejável, por potencializar a dinâmica econômica.

Já a terceira observação é depreendida da análise da literatura (teórica e empírica) sobre o Piauí aqui referenciada. Ela deixa transparecer ou ao menos sugere que a maioria dos governos que já estiveram no poder no estado não atuaram de modo a engendrar um modelo de desenvolvimento sustentado de médio e longo prazo (seja porque não foram seguidos devidamente, seja porque não alcançaram os objetivos planejados, etc.).

A partir destas considerações, o presente estudo ampara-se nas experiências de algumas instituições de desenvolvimento regionais implantadas em países europeus, focando no setor de serviços. Certamente, caso sejam consideradas seriamente para aplicação pelos policy makers, devem ser antes adaptadas às especificidades e necessidades do Estado do Piauí (atentando, inclusive, para os meandros de sua formação socioeconômica). Assume-se que uma mudança estrutural no setor de serviços piauiense é mais viável do que via indústria, levando-se em consideração o nível de industrialização do estado e o tempo que poderia durar tal transição (bastante incerta). De modo similar considera-se à respeito da agrícola, já que boa parte dela é de agronegócio de commodities voltadas à exportação.

As experiências de desenvolvimento regional de alguns países europeus selecionados (Portugal, Espanha, Itália e França) podem dar pistas de ações a serem tomadas no Piauí e que, futuramente, poderiam colaborar sobremaneira no desenvolvimento mais equânime dos municípios e da UF em si. As nações europeias que implantaram planos de desenvolvimento regionais, o fizeram em decorrência de exigências para a entrada naquela comunidade, que posteriormente passou a responder institucionalmente como União Europeia. É promissor considerar a amplitude das propostas (individualmente e no conjunto) para maior efeito sobre o desenvolvimento do PI. Estas medidas não podem ser implementadas automaticamente, dado que as dimensões do desenvolvimento são bastante complexas.

A comunidade europeia foi idealizada para diminuir os efeitos deletérios das guerras mundiais e promover um desenvolvimento menos desequilibrado entre seus membros. É

importante salientar que foram previstos antecipadamente fundos financeiros que financiaram os planos de desenvolvimento regionais dos países. Assim como as propostas deste trabalho são baseadas nos planos de desenvolvimento de tais países, é necessário que os entes públicos e privados financiem as ações que serão aventadas.

Segundo Colombo (2020), as instituições de desenvolvimento regional de Portugal eram comissões de coordenação e desenvolvimento regional, criadas a partir de 1979, e que tinham o propósito de fazer a distribuição regional do planejamento, fazendo com que as regiões tivessem tratamento similar (respeitadas suas peculiaridades) e possibilitando uma coesão entre elas, no sentido de que todas elevassem substancialmente seu grau de desenvolvimento. Com a entrada de Portugal na comunidade europeia, as comissões passaram a trabalhar com o Plano de Desenvolvimento Regional de Portugal (PDR), que tinha como eixos o aumento da eficiência do sistema produtivo com incentivo à infraestrutura e à produtividade, além da qualificação dos recursos humanos via universidades e correção de desequilíbrios regionais, aproveitando suas potencialidades.

Baseado na experiência de Portugal, e contextualizando-a ao caso do Piauí, este trabalho propõe que sejam feitos investimentos em infraestrutura, sobretudo na comunicação, na telefonia e na internet – pelo fato de que os serviços em geral dependem muito da tecnologia informacional. Além disso, são necessários investimentos nas universidades, sobretudo em locais que apresentem maiores disparidades sociais.

Também conforme Colombo (2020), a Espanha organizou suas instituições de desenvolvimento regional por meio das agências de desenvolvimento regional (ADR) a partir de 1980. Seu propósito era descentralizar as tomadas de decisões e incentivar pequenas e médias empresas. As ADRs não eram instituições públicas, mas atuavam conjuntamente com as universidades e bancos locais, promovendo créditos empresariais. Destarte, para o caso piauiense, a proposta é que sejam instituídas (via planejamento e gestão) agências que também atuem junto às universidades e aos bancos, atuando no fomento, prestando assessoria e levando informação sobretudo para as pequenas e médias empresas do setor de serviços.

Outra política de desenvolvimento regional interessante de ser analisada é a italiana, que pode ser dividida em duas esferas: primeira, de 1946 até hoje; segunda, com a inauguração da Cassa per il Mezzogiorno (fundada em 1950). A primeira buscava desenvolver a região meridional da Itália, integrando as indústrias do centro e das demais regiões do país. Serviu de modelo para a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no Brasil. A segunda buscava reduzir as desigualdades da região sul daquele país. A estratégia era uma intervenção do Estado por meio da industrialização e incentivos fiscais (COLOMBO, 2020).

Trazendo para a realidade do Piauí, esta opção deve ser olhada com cautela, já que o Piauí é um estado que apresenta um parque industrial diminuto. A alternativa pode ser utilizar

modelo similar, mas com foco maior no setor de serviços como, por exemplo, em questões relativas à tecnologia social.

Por fim, a experiência francesa de desenvolvimento regional. Para Colombo (2020), ela difere dos outros países selecionados porque a França quase sempre teve uma economia estável (é um grande player econômico). O desenvolvimento regional no país foi mais voltado à desconcentração de Paris do que em desenvolver as outras regiões. Foi mais uma questão urbanística per se do que regional. Olhando o estado do Piauí, pode ser interessante ativar economicamente (em rede, preferencialmente) outras regiões para além da capital Teresina, servindo mais como um modelo a ser vislumbrado do que como sugestões de ações concretas.

Estas experiências de políticas públicas (e econômicas) de sucesso via instituições implementadas em países europeus selecionados, se adaptadas à realidade e especificidades piauienses, tendem a se materializar no crescimento e desenvolvimento econômico de médio e longo prazos, com consequentes substanciais melhorias sociais.

Por óbvio, as políticas não devem ser simplesmente transplantadas da forma em que ocorreram nos países europeus, pois a realidade brasileira e em especial a piauiense têm características próprias distintas das europeias. Tais políticas servem de inspiração, como iniciativas que instigam reflexão e ação diante dos obstáculos ao crescimento e desenvolvimento.

Esta é, sem dúvida, uma das mais relevantes contribuições da Ciência Econômica: permitir que as informações sejam utilizadas de forma criteriosa como conhecimento para melhorar as condições de vida das sociedades.

### **Considerações finais**

Este artigo investigou o setor de serviços do estado do Piauí, tendo apresentado alguns elementos de sua História Econômica seguido de uma análise empírica do setor no Brasil e no Piauí entre os anos de 2007-2017. Mostrou-se que este motor do crescimento e do desenvolvimento tem grande importância para o funcionamento de toda a economia (e sociedade) piauiense.

A análise dos dados das variáveis-chave do setor de serviços permitiu constatar que este tem dinamizado a economia do PI. Isto foi apresentado em termos relativos inclusive por indicadores melhores do que a média nacional, como nos casos do número de trabalhadores admitidos, número de empresas existentes e remunerações pagas.

Entretanto, tal análise deve levar em conta que o PI não possui uma economia com os três setores bem dinamizados. Tal situação parece indicar que o bom desempenho do setor de serviços nas análises de dados tenha explicação em um fator negativo para o estado: a escassez de postos de trabalho na indústria (diminuto como setor, mas historicamente

reconhecido como de maior produtividade e melhores condições de trabalho e remuneração) e agrícola (expressivo como setor, mas que absorve pequena parcela da população trabalhadora). Se a mão de obra disponível não encontra emprego em setores de maiores salários e produtividade, migra, no caso para os serviços.

O desafio que se coloca para os responsáveis por definir as políticas públicas (e econômicas, no plano mais geral) do estado é de elaborar e cumprir estratégia(s) de crescimento e desenvolvimento críveis para o médio e longo prazo. Isto deveria ser feito deliberadamente no sentido de integrar-se socioeconomicamente os âmbitos estadual, regional e nacional. Isto, possivelmente, geraria um processo retroalimentado de avanços em várias esferas econômicas, inclusive potencializando as atividades terciárias. Não obstante, aumentaria a quantidade de recursos monetários (econômicos e financeiros) à disposição do PI para consolidar seu crescimento e desenvolvimento.

Foram apresentadas algumas propostas de ações que podem fazer o Piauí imprimir maior dinamismo no segmento econômico relativo aos serviços. Das práticas institucionais postas em marcha em Portugal, Espanha, Itália e França extraíram-se insights para melhorias nas áreas de infraestrutura, qualificação da mão de obra, implantação de agências de fomento, bem como a adoção de benefícios fiscais.

É evidente que a economia não deve se sustentar apenas em um setor, sob pena de eventual esgotamento da(s) estratégia(s) de desenvolvimento. O ideal é que o estado adote medidas que visem ao dinamismo concomitante dos três setores econômicos, bem como à integração aos outros centros urbanos. Assim, no médio e longo prazo o Piauí poderá desenvolver e diversificar sua economia, como lograram fazer – dentro das suas particularidades socioeconômicas – estrategicamente outras unidades federativas brasileiras. Caso aplicadas com foco no setor de serviços, poderiam ampliar sua produtividade e geração de emprego e renda, beneficiando o conjunto da economia e da sociedade.

## Referências

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.

ARAÚJO, Jorge Luís Lopes. O rastro da carnaúba no Piauí. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 2, p.198-205, jul./dez., 2008.

ARBACHE, Jorge. Por que serviços? *In*: Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil. BARBOSA, N. MARCONI *et. al.* (Orgs.). São Paulo: Editora Elsevier. IBRE/EESP, p. 565-586, 2015.

ARSENAULT, Line. *Les grandes étapes de la décentralisation en France. Québec: Ministère des Affaires municipales et des Régions, févr. 2005.*

BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. 2ª ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO. **RESOLUÇÃO CONCLA Nº 2/2010, de 8 de junho de 2010**. Divulga alterações na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0. Brasília: Cnae 2.0 (Res 2/2010). Disponível em: <[https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view= estrutura](https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=estrutura)>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. **História do Pensamento Econômico**. 2ª ed. brasileira. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

CAIEIRO, Joaquim Croca. Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento econômico nacional no pós-guerra. *Revista Intervenção Social*, Lisboa, n. 31, p. 193-219, 2005.

CAFIERO, Salvatore. *Storia dell'intervento straordinario nel Mezzogiorno (1950-1993)*. Manduria: Piero Lacaita Editore, 2000.

CLARK, Colin. *The Conditions of Economic Progress*. London: Macmillan, 1940.

COLOMBO, Luciléia Aparecida. As instituições de desenvolvimento regional em Portugal, Espanha, Itália e França: aproximações e distanciamentos. *In*: NETO, Aristides Monteiro (Org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, p. 189-244, 2020.

CORREA, Maria Dolores.; LÓPEZ, Juan Manzanéolo. *Política regional Española y Europea – período 1983-1999*. Espanha: Ministerio de Hacienda, 2002.

COSTA, José da Silva. Cinco décadas de desenvolvimento regional em Portugal. *In*: *Boletim regional, urbano e ambiental*, n. 14. Edição Especial: Europa. Brasília: IPEA, junho 2016. p. 73-81.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **História dos Índios do Piauí**. Teresina, EDUFPI/GRAFICA DO POVO: 2011.

FISHER, Allan G. B. *The Clash of Progress and Security*. London: Macmillan, 1935.

GALINARI, Rangel; TEIXEIRA JUNIOR, Job Rodrigues. Serviços: conhecimento, inovação e competitividade. *Bndes Setorial*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 235-280, mar. 2014. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1762/4/Setorial\\_39\\_A.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1762/4/Setorial_39_A.pdf)>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

GALVÃO, Olimpio José de Arroxelas. Origens históricas do dualismo regional italiano e a ascensão e queda da *Cassa per il Mezzogiorno*. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 47, n. 2, p. 187-202, abr./jun. 2016.

GOMES, Jaíra Maria Alcobaça; SANTOS, Karla Brito dos; SILVA, Marcos Soares da. **Cadeia produtiva da cera de carnaúba: diagnóstico e cenários**. Teresina: EDUFPI, 2006.

HILL, T. P. *On goods and services*. **Review of Income and Wealth**, v. 23. p. 315-38, 1977.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. 3ª ed. Petrópolis: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). BRASIL EM SÍNTESE (BS). **Serviços**. Brasília: IBGE/BS, 2020. Disponível em: <<https://brasilem sintese.ibge.gov.br/ servicos.html>>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS (PAS). **O que é**. Brasília: IBGE/PAS, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). **Dados macroeconômicos e regionais (vários)**. Brasília: IPEADATA, 2021. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

JACCOUD, Luciana. **Experiências internacionais em política regional: o caso da França**. Brasília: IPEA, 2001.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, v. 19, p. 64-83, abr./jun. 1999. Disponível em: <<https://rep.org.br/rep/index.php/ journal/article/view/1057/1042>>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

LACERDA, Luciana Pacheco Trindade; ALMEIDA, Alexandre Nunes. Diferenciais de rendimento entre os setores de serviços e da indústria no Brasil: uma análise de decomposição. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, p. 255-283, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8656958/21396>>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

LEPORE, Amedeo. *Cassa per il Mezzogiorno e politiche per lo sviluppo*. Itália: SVIMEZ, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2Q9e48Q>>. Acesso em: 6 de junho de 2021.

MARTINS, Agenor de Sousa. Indústria, Comércio e Setor Externo. **In: MARTINS, Agenor de Sousa. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2ª ed. Teresina: Fundação Cepro, Cap. 2. p. 129-164, 2002.

MARSHALL, John Neill; WOOD, Peter Anthony. *Services & Space: Key Aspects of Urban and Regional Development*. Harlow, England, Longman Group Limited, 1995.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2019.

NUNES, Odilon. **Estudos de história do Piauí**. 2ª ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014.

NUSBAUMER, Jacques. *Les services: nouvelle donne de l'économie*. Paris: *Economica*, 1984.

MEIRELLES, Dimária Silva e. O conceito de serviço. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1, p. 119-136, jan./abr. 2006.

SILVA, Rodrigo Caetano. **O Escravo e o senhor nos últimos anos de escravidão no Piauí**. 185 f. Dissertação (Mestrado). Curso de História do Brasil, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Experiência Espanhola de Planejamento Regional. **História e Economia**, v. 4, p. 73-109, 2008.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na Economia do Piauí: 1900-1920**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense da pecuária ao extrativismo**. 3ª ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

WALKER, Richard. *Is there a service economy?* **Science and Society**, v. 49, n. 1, p. 42-83, 1985.